



RELAÇÕES EXTERIORES

O sistema de pagamentos é um dos alvos dos Estados Unidos em meio à ameaça de taxaço de 25% de produtos brasileiros. Em reação, presidente Lula enfatiza que o mecanismo é um patrimônio do país e cobra explicações de Trump

Defesa do Pix torna-se bandeira contra tarifação

» RAPHAEL PATI
» RAFAELA GONÇALVES
» ANDREA MALCHER
» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Ricardo Stuckert/PR



Lula disparou contra adversários: "Esses filhos do Bolsonaro conseguem ser pior do que ele, e são, na verdade, vendilhões da pátria"



Eu e você (Trump) demos 30 dias para nossos ministros negociarem. Então, eu estou esperando um telefonema seu para me explicar o que aconteceu na sua ausência e na minha"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

O presidente ressaltou que o Pix é um patrimônio nacional, que beneficia a população. Ele levantou um cartaz no qual estava escrito:

"O Pix é do Brasil". Lula ainda enfatizou que não quer guerra com os Estados Unidos, mas que o Brasil não baixa a cabeça para ninguém.

Em resposta, o governo brasileiro defendeu que não haveria justificativa para o que chamou de "medidas unilaterais" contra "patrimônios brasileiros, como o Pix". "O Pix é infraestrutura pública e gratuita de pagamentos instantâneos, operada pelo Banco Central do Brasil e de grande aceitação pela população. Suas regras aplicam-se de forma uniforme e neutra, e empresas norte-americanas participam ativamente desse ecossistema. O Brasil é o segundo maior mercado mundial das duas principais redes de cartão de crédito dos EUA", destacou, em nota, o Planalto.

O vice-presidente Geraldo Alckmin encabeçou uma reunião para alinhar a posição do governo e, junto aos ministros Dario Durigan, da Fazenda, e Márcio Elias Rosa, do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio, pontuou que o caminho escolhido será prosseguir o diálogo. Ele também antecipou que o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, tentará se encontrar com o embaixador Jamieson Greer, representante comercial dos EUA, hoje, em Paris, França, no encontro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Alckmin garantiu que envolverá o setor privado para ajudar na resolução do impasse.

Clá Bolsonaro

Na cerimônia em Catalão, Lula acusou o clá Bolsonaro de agir contra os interesses brasileiros, numa menção à visita do senador e pré-candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, a Trump, na semana passada.

"Esses filhos do Bolsonaro conseguem ser pior do que ele, e são, na verdade, vendilhões da pátria.

Foram pedir para que um país estrangeiro se intrometesse nas decisões brasileiras", disparou Lula.

O chefe do Executivo lembrou que à época do anúncio da taxaço anterior, Flávio comemorou a decisão. "Olha o que ele tuitou: 'Obrigada, Trump. Faça o Brasil livre de novo, queremos o Magnitsky'. A lei pune os brasileiros, que sequestra o dinheiro dos brasileiros que possam ter qualquer coisa nos EUA, inclusive o Alexandre de Moraes, que foi o ministro (do Supremo Tribunal Federal) que condenou o (Jair) Bolsonaro. (...) O outro filho dele também agradeceu ao presidente Trump", recordou.

Alckmin também disparou contra a família do ex-presidente. "Sempre que o diálogo avança, sabotadores agem para prejudicar o país, colocando seus interesses pessoais, eleitorais, acima do interesse do Brasil e do povo brasileiro, porque isso tem reflexo no emprego", frisou.

Entenda o caso

Diferenças substanciais

O Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) considerou "determinados atos, políticas e práticas" do Brasil como "irracional" e que "sobrecarregam e restringem" o comércio americano. A decisão sobre a investigação aberta em julho de 2025 contra o país foi divulgada na madrugada de ontem, com data da véspera, e sugere a aplicação de uma tarifa de 25% sobre os produtos brasileiros, com exceções.

Uma audiência será realizada pelo USTR no dia 6, e uma decisão final será tomada pelo governo americano no dia 15. Greer afirmou que pretende continuar em contato com o governo brasileiro até lá.

A lista de produtos livres da taxaço adicional tem 73 páginas e traz itens que já foram isentados do tarifação americano no ano passado, como aviões, suco de laranja e café.

A investigação foi respaldada pela Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 e tratou de práticas brasileiras relacionadas a comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, tarifas "injustas e preferenciais", medidas anticorrupção, proteção da propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e desmatamento ilegal.

O USTR informou ter colhido o depoimento de 30 testemunhas e recebido mais de 295 comentários e réplicas durante a investigação. O órgão detalhou, em comunicado, quais práticas foram consideradas irregulares.

Judiciário

Em relação ao universo digital, "tribunais brasileiros emitiriam ordens secretas" para que plataformas americanas de mídia social removessem "certos conteúdos políticos" e suspendessem "perfis de residentes nos Estados Unidos", sob pena de multa. O documento cita ainda o "fechamento por completo" de um site.

"O Brasil também tem prejudicado injustamente empresas dos EUA envolvidas em serviços de pagamento eletrônico concorrentes, inclusive por meio de políticas que favorecem seu campeão nacional", diz o USTR, em referência à concorrência que o Pix oferece às empresas americanas do setor.

Sobre a política tarifária, a decisão cita o tratamento "preferencial" concedido pelo Brasil a produtos importados do México e da Índia.

Em relação ao combate à corrupção, o USTR afirma que o país "não toma medidas suficientes".

Sobre o acesso ao mercado de etanol, a decisão diz que o país "interrompeu abruptamente" em 2017 o "tratamento equilibrado" para as exportações americanas do produto.

O documento também afirma que o "desmatamento ilegal persiste" e que o Brasil não conseguiu "aplicar efetivamente" o marco legal de proteção ao meio ambiente.

Febraban também rebate os EUA

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que o Pix não cria barreiras à concorrência e que as avaliações feitas pelos Estados Unidos sobre o sistema foram baseadas em informações incompletas sobre seu funcionamento e objetivos.

Em nota, a entidade disse que as conclusões do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) não refletem corretamente a estrutura do sistema brasileiro. "O Pix é uma infraestrutura de pagamento, e não um produto comercial, que favorece a competição e o bom funcionamento do sistema de pagamentos e, consequentemente, da atividade econômica", afirmou a entidade.

A federação, no entanto, reforçou que o sistema opera em ambiente aberto e não discriminatório, com participação de bancos, fintechs e instituições financeiras brasileiras e estrangeiras. Segundo a entidade, não há restrições à entrada de novos participantes, desde que cumpram as regras do Banco

Central e atuem no país.

A Febraban destacou ainda que o Pix pode ser utilizado por pessoas físicas e jurídicas brasileiras e estrangeiras residentes no Brasil, sem distinção de origem, porte ou nacionalidade da instituição financeira envolvida.

A entidade afirmou também esperar que as contribuições do Banco Central e do setor financeiro brasileiro no processo de consulta do USTR ajudem a esclarecer o funcionamento da ferramenta e afastem interpretações sobre possíveis barreiras à concorrência.

"Temos boa expectativa de que as contribuições do Banco Central do Brasil e dos integrantes do sistema bancário brasileiro, incluindo os bancos americanos, vão ajudar no esclarecimento das conclusões do órgão americano de comércio", disse.

Para o gerente de Comércio Internacional da BMJ Consultores, Josemar Franco, a abertura que as empresas de cartão de crédito possuem em relação ao governo

Trump contribuiu para o aumento de tom sobre o Pix. "Então é, sem dúvida, um ponto de sensibilidade que os Estados Unidos têm pressionado bastante o governo brasileiro, mas não é algo bem fundamentado", destacou.

Já para Rodrigo Provazzi, economista e gestor de riscos, ressaltou que o Pix se alinha a uma tendência global: sistemas de pagamento instantâneo operados por bancos centrais, com regras abertas e participação ampla — inclusive de instituições estrangeiras. "Ou seja, estamos diante menos de uma distorção regulatória e mais de uma disrupção de modelo de negócio", disse. "Para o Brasil, o caminho passa por duas frentes: reforçar para o mundo com dados e governança, que o Pix é uma infraestrutura aberta, neutra e não discriminatória; e atuar de forma mais assertiva na narrativa internacional, evitando que uma inovação de política pública seja reinterpretada como barreira comercial."

Brasil fora da lista de "amizade"

AFP



O secretário de Estado americano, Marco Rubio, afirmou que agora os Estados Unidos possuem "amizade" com nações da América Latina, mas citou o Brasil entre os países que ele considera exceções. A declaração foi dada durante depoimento ao Comitê de Relações Exteriores do Senado, ontem. "É fantástico que, com exceção da Nicarágua, de Cuba, obviamente da Venezuela, e do Brasil, embora esteja no meio de um ciclo eleitoral, e, em certa medida, também do atual governo da Colômbia (...), de modo geral, trata-se agora de uma região repleta de aliados dos Estados Unidos e de uma direção favorável aos interesses americanos", enfatizou. "Acreditamos que os EUA deveriam dominar o mundo."